

ANDES

SINDICATO NACIONAL

CSP - CONLUTAS

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - ANDES-SN

InformANDES

Informativo

Nº 93

Brasília (DF)

Abril / Maio de 2019



QUEM MATOU MARIELLE?

EDUCAÇÃO SE LEVANTA

Manifestação do 15M em Brasília



**Centrais Sindicais
convocam Greve Geral**

3

**Previdência: governo
quer privatizar direitos**

8 e 9

**Confira o Seminário
Internacional do ANDES-SN**

16 e 17

Os 5 meses que estão revertendo 50 anos!

Nos últimos cinco meses, o Brasil tem vivenciado uma das piores experiências políticas dos últimos cinquenta anos. A especificidade dos retrocessos desse período se faz sentir com tamanha intensidade pelo fato da classe trabalhadora, e o setor da educação especificamente, terem tido importantes conquistas nas últimas décadas.

Conquistamos, com a luta do(a)s trabalhadore(a)s, o direito à educação pública, gratuita e laica; conquistamos a visibilidade das desigualdades de gênero e raça, através de um conjunto de movimentos e ações que desvelaram o “mito da democracia racial” no Brasil e reconheceram o feminicídio como crime. Conquistamos e resistimos, com muita luta e muitas greves, para manter a educação pública superior embasada no tripé do ensino-pesquisa-extensão e estruturada a partir do funcionalismo público, algo já raro na maior parte dos países da América Latina.

O desmonte e os ataques, nesses cinco meses de desgoverno, passam pela construção política-moral-econômica de que é necessário, para melhorar as condições de vida do país, combater, perseguir e invisibilizar

todo(a)s aquele(a)s que não coadunem com o projeto político da extrema direita defendido pelo presidente da República Jair Bolsonaro e seus asseclas. Ou seja, o diferente, o contraditório, a oposição não cabem nessa nova conjuntura. É por isso que atacam os setores da educação, perseguem professore(a)s, responsabilizam o funcionalismo público pelos problemas da economia e da Previdência, e inviabilizam a própria existência de negro(a)s, mulheres, indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

As consequências do projeto da extrema direita, eleito como a opção de uma parte dos capitalistas nesse momento, já se fazem sentir em nosso cotidiano. O aumento da violência nas periferias; a intensificação dos feminicídios tanto em quantidade quanto em crueldade; os profundos ataques à organização do(a)s trabalhador(a)s, como a edição da Medida Provisória 873/19, que consiste em uma ofensiva contra os sindicatos; o contingenciamento de verbas na educação pública; a chantagem para aprovar a “(de)forma da Previdência”; a perseguição a professore(a)s e funcionário(a)s público(a)s; a limitação da já frágil democracia interna das instituições de ensino,

com a ofensiva à autonomia universitária, e tantas outras medidas.

Mas, em meio a esse aparente caos, a classe trabalhadora, e em especial o setor da educação, já começou a demonstrar sua disposição para lutar, reagir e resistir! Nossa resistência tem sido expressa na realização do III Encontro Nacional da Educação (ENE), na organização do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por direitos e liberdades democráticas em vários estados, na construção de plenárias estaduais para organizar a luta, na resistência da CSP-Conlutas em pressionar para a construção da Greve Geral, nos lindos atos dos dias 15 e 30 de maio em todo o Brasil.

Nosso desafio é fazer das manifestações que se adensam uma ação unitária de mobilização nas ruas, de forma organizada, com direção, bandeiras e pautas em defesa dos direitos da classe trabalhadora. Nossa tarefa é ampliar as mobilizações nos estados, organizando outros grandes dias de luta, de forma unitária, para prepararmos a grande Greve Geral de 14 de junho. Avante, professore(a)s. A hora é agora. Por nós, pela juventude e pelas futuras gerações, não é momento de tergiversar: ocupemos as ruas!

EXPEDIENTE

O Informandes é uma publicação do ANDES-SN // site: www.andes.org.br // e-mail: imprensa@andes.org.br

Diretor responsável: Cláudio Mendonça

Redação: Renata Maffezoli MTb 37322/SP // Mathias Rodrigues MTb 10126/PR // Bruna Yunes DrT-DF 9045

Editor-chefe: Carlos Eduardo Batista MTb 54262/SP // Fotos: Imprensa ANDES-SN / Diagramação: Rafael L. Nogueira

Centrais sindicais convocam **Greve Geral**

1º de Maio: Trabalhadores do Brasil e do mundo saem às ruas



Milhões de trabalhadores do Brasil e do mundo saíram às ruas para participar das manifestações de 1º de Maio, Dia Internacional de Luta dos Trabalhadores.

No Vale do Anhangabaú, em São Paulo (SP), pela primeira vez, todas as centrais sindicais realizaram um ato unificado. A manifestação, que teve como foco o combate à reforma da Previdência, também convocou para 14 de junho uma Greve Geral.

Segundo os organizadores, o ato na capital paulista reuniu 200 mil pessoas. Os trabalhadores presentes no ato fizeram uma votação simbólica de apoio à deflagração da Greve Geral contra a Reforma da Previdência.

A orientação das centrais é que a mobilização seja construída nas bases das mais diversas categorias. O objetivo é que, no dia 14 de junho, sejam paralisados todos os locais de trabalho, estudo, comércio, bancos e circulação de mercadorias.

OUTROS ATOS NO BRASIL

Atos unificados se repetiram nas demais capitais e grandes cidades do país. No Distrito Federal, a manifestação foi de manhã, na Praça do Relógio em Taguatinga. Em Fortaleza

(CE), os organizadores estimam que 20 mil pessoas saíram às ruas. A passeata foi encerrada ao lado do Centro Cultural Belchior, onde aconteceu uma apresentação cultural. Em Natal (RN), foram mais de 2 mil manifestantes.

Em Contagem (MG), na Região Metropolitana de Belo Horizonte, a manifestação teve um caráter especial. Os presentes lembraram as vítimas do crime de Brumadinho na barragem da Vale. Em Belém (PA), a manifestação ocorreu no Mercado de São Brás. Os presentes criticaram os ataques do governo Bolsonaro aos cursos de ciências humanas e sociais, e manifestaram seu repúdio à Reforma da Previdência.

Em Salvador (BA), o ato se deu em meio à greve dos docentes das Universidades Estaduais da Bahia (Ueba). No Rio de Janeiro (RJ), o ato unificado foi realizado na Praça Mauá. Em Porto Alegre (RS), cerca de 5 mil pessoas caminharam da Orla do Guaíba até a Câmara de Vereadores. Em Aracaju (SE), foram 10 mil manifestantes. O ato caminhou da Praça da Juventude até a Orla de Atalaia.

1º DE MAIO PELO MUNDO

O Dia do Trabalhador começou mais cedo na Argentina. No dia 30/4, os ar-

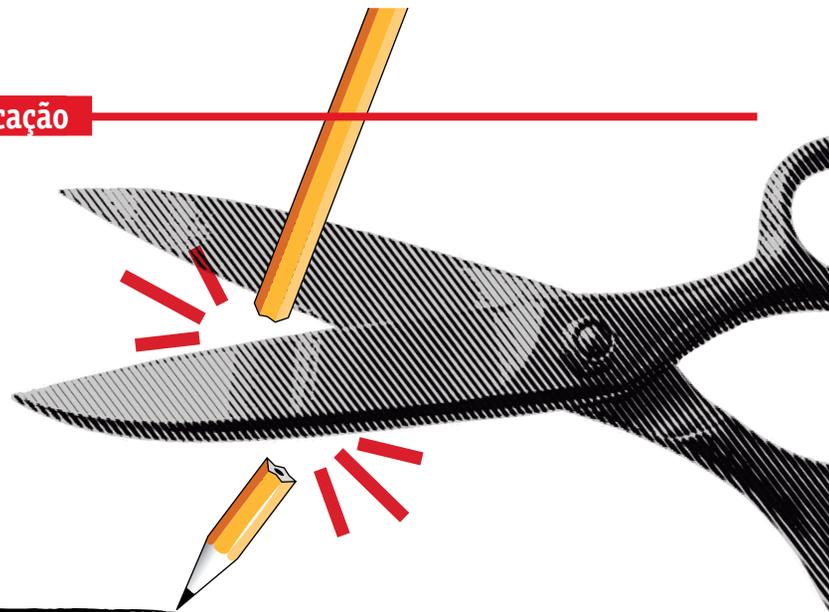
gentinos realizaram uma Greve Geral contra o governo de Mauricio Macri. Em Buenos Aires, capital do país, a manifestação reuniu 200 mil pessoas. O índice de pobreza na Argentina já chega a 32%.

Na França, as manifestações tiveram grande presença dos Coletes Amarelos. Houve grande repressão policial ao ato de Paris. A ação violenta se repetiu também em outros atos na Europa, como em Istambul (Turquia) e Turim (Itália).

Em Jacarta, capital da Indonésia, centenas de milhares de manifestantes gritaram por melhores condições de trabalho. Em Manila, capital das Filipinas, o alvo do protesto foi o presidente Rodrigo Duterte. O chefe do poder executivo filipino é um conhecido inimigo dos Direitos Humanos.

Em Argel, capital da Argélia, a manifestação se deu em meio à luta pela queda do governo militar de Abdelaziz Bouteflika. O presidente renunciou, mas os argelinos seguem protestando por um governo civil. A revolta se expandiu também para a Tunísia, onde centenas de milhares de pessoas também protestaram contra o governo local.

Os Ataques de Bolsonaro à Educação



O governo de Jair Bolsonaro (PSL) já disse a que veio desde o seu primeiro dia de mandato: acabar com os direitos da população mais pobre. Em pouco mais de cinco meses, Bolsonaro extinguiu ministérios e secretarias essenciais, como o do Trabalho, e reduziu o valor do salário mínimo. No Ministério da Educação (MEC), além das inúmeras trocas de cargos, ocorreu um corte de mais de R\$ 5 bilhões, o que representa 25% do orçamento total. Ademais, o incentivo a perseguição a docente e aos cursos de humanas e as declarações de Abraham Weintraub, ministro da Educação, sobre o contingenciamento de verbas acenderam o alerta.

Confira os principais ataques à classe trabalhadora e à Educação no país:

CORTES POR BALBÚRDIA

O MEC anunciou o corte de 30% no orçamento das universidades e institutos federais. O ministro decidiu que todas as instituições federais terão 30% do seu orçamento cortados a partir do segundo semestre. O corte se dará no orçamento para despesas discricionárias. Elas são usadas para pagar, por exemplo, as contas de água e luz, além de serviços de limpeza.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

A Proposta de Emenda a Constituição (PEC) 6/19, anunciada em fevereiro, é considerada o maior dos ataques à classe trabalhadora brasileira. A PEC aumenta a idade mínima para aposentadoria, reduz os valores de benefícios e privatiza a Previdência, entre outras medidas. Ela ainda ataca os servidores públicos, limitando valores de aposentadoria e impondo pesadas regras de transição.

ARRECADAÇÃO SINDICAL

Jair Bolsonaro, sem dialogar com as entidades sindicais, editou a Medida Provisória (MP) 873, alterando as regras para a arrecadação da sindicalização voluntária dos trabalhadores. Já o Decreto 9.735 reforça a MP e impede o desconto de contribuição sindical na folha de pagamento de servidores públicos no âmbito do sistema de gestão de pessoas do Executivo federal.

CONCURSO PÚBLICO

Outro decreto é o de nº 9.739, que estabelece critérios mais rígidos para as regras de autorização de concursos públicos federais. Agora, as solicitações de aval para novos concursos deverão ser realizadas até 31 de maio de cada ano, com a justificativa. No

projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2020, também não está prevista a realização de concursos públicos.

CORTES DE CARGOS E FUNÇÕES

Bolsonaro também editou um decreto que exclui gratificações para exercício de funções de gestão, como direção, coordenação de curso e departamento. Já foram extintos 119 cargos de direção em instituições de ensino federais. Ao todo, serão extintos 13.710 cargos da educação. São 13.332 em Instituições de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação e 378 em instituições vinculadas ao Ministério da Defesa.

CORTES DE VERBAS NA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

O contingenciamento de R\$ 29,582 bilhões do Orçamento Federal de 2019 afetou em cheio pastas como a Educação e Ciência e Tecnologia com cortes de R\$ 5,8 bilhões e R\$ 2,1 bilhões, respectivamente. Na prática, os cortes devem inviabilizar o funcionamento de instituições de ensino e prejudicar duramente os programas de pós-graduação do país.

NOTA TÉCNICA 400

Um documento, publicado pelo MEC em dezembro passado, tem sido usado pelo atual governo para atacar a autonomia das universidades. A Nota Técnica 400 sinaliza que processos de consulta à comunidade universitária para eleição de reitores que adotarem a votação paritária entre docentes, técnico-administrativos e estudantes podem ser anulados.

CENSURA NAS ESCOLAS

O ministro da Educação defendeu publicamente o direito de estudantes filmarem seus professores, em sala de aula, incentivando a perseguição. O comportamento corrobora as diretrizes do Escola Sem Partido, projeto que tramita no Congresso Nacional e legaliza a censura dentro das instituições de ensino.

ATAQUE ÀS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

No final de abril, Bolsonaro anunciou que o MEC estuda retirar financiamento dos cursos de filosofia e das demais ciências humanas e sociais. Para o presidente, investir nessas áreas é "um desrespeito ao dinheiro do contribuinte". O investimento seria redirecionado para áreas como medicina, veterinária e cursos de engenharia.

Educação se levanta



30M: ATOS DEFENDEM EDUCAÇÃO E PREPARAM GREVE GERAL

Um novo Dia Nacional de Lutas pela Educação teve lugar nas ruas do Brasil na quinta, 30 de maio (30M). Manifestações ocorreram em mais de 200 cidades. Segundo a União Nacional dos Estudantes (UNE), mais de dois milhões de pessoas participaram da mobilização contra os cortes de orçamento na Educação e contra a Reforma da Previdência.

O próximo passo da mobilização contra os ataques do governo de Jair Bolsonaro será a Greve Geral de 14 de junho, convocada de maneira unitária pelas centrais sindicais. O 30M foi a segunda grande manifestação nacional em defesa da educação.

A primeira aconteceu em 15 de maio e também levou milhões de estudantes e professores às ruas do país. Assim como nos atos de duas semanas atrás, houve manifestações em muitas cidades médias e pequenas do interior do país, para além das capitais.

O Dia Nacional de Lutas pela Educação foi convocado por diversas entidades sindicais, estudantis e movimentos sociais. Entre eles, o ANDES-SN, a Fasubra, o Sinasefe, a UNE, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), a Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico (Fenet), a Associação Nacional de Pós-graduandos (ANPG), a

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee).

Atos gigantescos e debaixo de chuva tiveram lugar também em Porto Alegre (RS) e em Florianópolis (SC). Cidades do interior, como Ponta Grossa (PR), Foz do Iguaçu (PR), Santa Maria (RS), Pelotas (RS) e Rio Grande (RS) também registraram grande presença de manifestantes, apesar do frio e da chuva.

MANIFESTAÇÕES PELO PAÍS

As maiores mobilizações do 30M ocorreram em São Paulo, Rio de Janeiro e no Nordeste, atingindo centenas de milhares de presentes.

Os atos começaram pela manhã. Em Brasília (DF), mais de 30 mil estudantes

e professores voltaram à Esplanada dos Ministérios. Em Salvador (BA), mais de 40 mil pessoas saíram às ruas do centro da cidade. Por lá, os docentes das Universidades Estaduais da Bahia (Ueba) seguem em greve.

Durante a tarde, teve lugar um ato em Recife (PE). Mais de 100 mil pessoas participaram. Em outras capitais nordestinas, também houve grandes manifestações. É o caso de Fortaleza (CE), Teresina (PI), João Pessoa (PB), Aracaju (SE), Maceió (AL), São Luís (MA) e Natal (RN). Entre as muitas cidades do interior do nordeste que registraram atos em defesa da educação estão Mossoró (RN), Campina Grande (PB), Caruaru (PE), Imperatriz (MA), Sobral (CE), Feira de Santana (BA), entre outras.

No Norte do Brasil, dezenas de milhares de pessoas se manifestaram. Em Belém (PA), mais de 50 mil pessoas se reuniram na Praça da República e caminharam até o Mercado de São Brás. Em Manaus (AM) e em Macapá (AP), foram 20 mil presentes em cada uma das mobilizações.

Os grandes atos do Sudeste ocorreram no final da tarde e no início da noite. Em São Paulo (SP), mais de 300 mil pessoas foram do Largo da Batata até a Avenida Paulista. No Rio de Janeiro (RJ), 100 mil manifestantes criticaram o governo de Bolsonaro nas ruas do centro carioca.

“Mexeram em um vespeiro e o povo está na rua, para derrotar todas as políticas neoliberais desse governo, que rebaixam a qualidade de vida para o nosso povo. Estamos aqui para dizer não!”

Antonio Gonçalves, presidente do ANDES-SN

EM CURITIBA, O ATO MAIS SIMBÓLICO

No Sul do país, já às vésperas do inverno, muitas manifestações ocorreram sob forte chuva e com temperaturas baixas. As condições climáticas não afastaram das ruas as centenas de milhares de pessoas que queriam protestar contra os cortes na educação. Muitas pessoas foram aos atos com seus guarda-chuvas.

Em Curitiba, capital paranaense, foi realizada a manifestação mais simbólica da noite. O ato terminou em frente ao prédio histórico da Universidade Federal do Paraná (UFPR), na Praça Santos Andrade. Lá, a grande faixa “Em Defesa da Educação” foi recolocada nas colunas do prédio. No domingo (26), durante manifestação a favor de Bolsonaro, manifestantes que apoiaram o governo de extrema-direita retiraram a faixa da UFPR argumentando que ela continha caráter ideológico.

Atos gigantescos e debaixo de chuva tiveram lugar também em Porto Alegre (RS) e em Florianópolis (SC). Cidades do interior, como Ponta Grossa (PR), Foz do Iguaçu (PR), Santa Maria (RS), Pelotas (RS) e Rio Grande (RS) também registraram grande presença de manifestantes, apesar do frio e da chuva.

EXTERIOR

Desta vez, a defesa da educação de qualidade extrapolou as fronteiras do país. Atos ocorreram na Espanha, Inglaterra, Portugal, Holanda, Suíça, Irlanda e Estados Unidos, segundo a UNE.

GOVERNO TENTA INICIAR CAÇA ÀS BRUXAS

O governo federal seguiu sua política de incentivar a perseguição ideológica. Na



tarde de quinta-feira (30), o Ministério da Educação (MEC) divulgou nota na qual afirma que professores, servidores, estudantes e até mesmo pais e responsáveis não são autorizados a divulgar e estimular protestos durante o horário escolar.

O MEC chegou a abrir um canal em seu site para receber denúncias sobre a participação nas manifestações. O ministério também ameaçou cortar o ponto de servidores federais que aderissem ao Dia de Lutas pela Educação.

A ameaça contradiz declaração do próprio ministro, Abraham Weintraub, que, ironizando o corte de ponto dos docentes em greve das Ueba, disse que não faria o mesmo que o governador petista, Rui Costa.

GREVE GERAL É O PRÓXIMO PASSO

A próxima etapa da luta contra os cortes de orçamento e os demais ataques de Bolsonaro é a Greve Geral de 14 de junho. A primeira Greve Geral contra as políticas do governo federal foi convocada pelas centrais sindicais durante a manifestação de 1º de maio em São Paulo (SP).

O foco da Greve Geral será o combate à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 06/19, da Reforma da Previdência.

15M: MILHÕES NAS RUAS EM DEFESA DA EDUCAÇÃO

As grandes mobilizações começaram na Greve Nacional da Educação em 15 de maio. Professores de ensino básico cru-





zaram os braços. Sindicatos estaduais de professores da rede básica têm divulgado números altos de adesão à greve: de 80 a 90% das escolas públicas não abriram as portas. O mesmo se repetiu entre os docentes de universidades, institutos e CEFETs. Até professores de escolas particulares aderiram à greve.

Houve atos em 222 cidades, em todos os 26 estados e no Distrito Federal. No Rio de Janeiro (RJ), a estimativa é que o protesto tenha reunido 250 mil pessoas, assim como em Belo Horizonte (MG). Na Avenida Paulista, em São Paulo (SP), 120 mil. Em outras capitais, os números expressam a força da mobilização contra

o governo Bolsonaro: 50 mil em Fortaleza (CE), outros 50 mil em Recife (PE), 35 mil em São Luís (MA), 30 mil em Belém (PA). Em Brasília (DF), segundo os organizadores, o ato contou com 50 mil pessoas.

“Mexeram em um vespeiro e o povo está na rua, para derrotar todas as políticas neoliberais desse governo, que rebaixam a qualidade de vida para o nosso povo. Estamos aqui para dizer não! Vamos sair daqui com uma tarefa importantíssima, a de manter a mobilização para a grande Greve Geral do dia 14 de junho. Vamos derrotar todas as políticas do governo Bolsonaro!”, afirmou Antonio Gonçalves, presidente do ANDES-SN, durante o ato na capital federal.

AGU quer ações policiais nas universidades



No final de maio, a Advocacia Geral da União (AGU) solicitou ao Supremo Tribunal Federal (STF) que autorize a realização de ações policiais dentro de universidades públicas e privadas. O objetivo do governo é “apurar crimes eleitorais” cometidos dentro das instituições de ensino.

Apesar de afirmar que as universidades devem ser livres para discutir, a AGU diz que, eventualmente, há uma parcialidade que pode interferir no processo eleitoral de forma ilegal. A relatora da ação é a ministra Carmen Lúcia. Ela decidirá se acatará ou não o pedido da AGU e se levará o caso ao plenário do Supremo.

Ministro da Educação vai à Câmara



Depois dos cortes de 30% no orçamento da Educação Federal, outros ataques podem recair diretamente sobre docentes e técnico-administrativos. Entre eles, o corte salarial e a demissão de servidores públicos. A hipótese foi colocada na mesa pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, na Comissão Especial de Educação da Câmara, no dia 22 de maio.

A audiência terminou com estudantes agredidos. A UNE denuncia que deputados governistas “partiram, junto a seguranças da Casa, à agressão física. Arrastaram o presidente da UBES, Pedro Gorki, e a presidenta da UNE, Marianna Dias, para fora do plenário”. Na mesma nota, a UNE repudia veementemente a atitude desproporcional e reafirma o compromisso da entidade “com a ciência, a pesquisa e a educação pública”.

Ministro ou humorista?



Também no dia 30, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, resolveu aparecer. Cantando “Singing in the rain” e portando um guarda-chuva, ele gravou um vídeo para negar o corte de orçamento do Museu Nacional, que faz parte da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Segundo Weintraub, o MEC enfrenta uma “chuva de fake news” promovidas por um jornal “das pessoas que estão de mal com a vida”.

Reforma da Previdência muda Constituição para **privatizar direitos**

A reforma da Previdência (PEC 06/2019) vem sendo considerada como um dos maiores ataques aos direitos sociais da classe trabalhadora. Além de retirar direitos previdenciários e assistenciais, a PEC tem outro caráter perverso. A proposta pretende excluir da Constituição Federal todas as regras referentes às aposentadorias, tanto do setor público quanto da iniciativa privada. A PEC 06/2019 também altera o artigo 194 da Constituição, acabando com o conceito de Seguridade Social.

SOLIDÁRIA E POR REPARTIÇÃO

A Seguridade Social brasileira – composta pelo tripé Saúde, Previdência e Assistência – se baseia em um sistema de repartição solidária. Foi introduzida na Constituição de 1988 com o propósito de proteger toda a população.

Ao mesmo tempo em que os constituintes criaram esse importante tripé, estabeleceram também as fontes de receitas – as contribuições sociais – pagas por toda sociedade. Com isso, estabeleceu-se maior segurança de arrecadação para o sistema, com o qual todos contribuem e do qual todos usufruem. Trata-se de um sistema solidário.

Nessa lógica, as empresas passaram a pagar a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), um imposto que incide sobre a sua lucratividade. Além disso, elas são obrigadas a contribuir para o INSS, diretamente na folha de pagamento. Os trabalhadores também contribuem ao instituto, pagando um percentual que é descontado mensalmente sobre seus salários. E toda a sociedade contribui por meio da taxação embutida em tudo o que adquire (Cofins).

Além dessas, há contribuições sobre importação de bens e serviços, receitas provenientes de concursos, loterias e prognósticos, PIS, Pasep, entre outras. E essas diferentes fontes de financiamento têm garantido um saldo positivo para a Seguridade Social. “A Seguridade Social tem sido altamente superavitária nos últimos anos, em dezenas de bilhões de reais”, comenta Maria Lúcia Fatorelli, da Auditoria Cidadã da Dívida.

A auditora alerta que a reforma pretende acabar com o sistema de seguridade, solidário e por repartição. A lógica da PEC é que sejam destinados à Previdência apenas os recursos arrecadados com o INSS. Ou seja, apenas as contribuições pagas pelos empregadores e pelos empregados, sobre a folha de pagamento.

“Separa o que vai para a Previdência, o que vai para a Saúde e o que vai para a Assistência. Individualiza o orçamento e

destrói a lógica de repartição solidária”, acrescenta Fatorelli.

A auditora explica que com a proposta de sistema de capitalização, contida na PEC, os recursos destinados à Seguridade vão diminuir drasticamente. Isso porque, com esse modelo, as empresas não precisam dar sua parcela de contribuição ao INSS. Além disso, a contribuição do trabalhador será aplicada no sistema financeiro e não mais administrada pelo



Instituto Nacional de Seguridade Social.

“Se essa PEC passar com a proposta de capitalização, vão abrir vagas (de emprego) só para quem optar pela capitalização, porque as empresas não vão ter que contribuir. Com isso, vão parar de entrar recursos na Seguridade, e vai comprometer todo o sistema”, afirma Fatorelli.

OBJETIVOS DA PEC

“Acompanho esse tema desde 1988. Essa é a PEC com mais profundidade de ataques aos direitos da classe trabalhadora brasileira. É uma PEC que não está estruturada 'apenas' sobre a destruição dos direitos previdenciários, o que já seria bastante. Ela incide também sobre outros direitos e outras áreas, como os direitos trabalhistas, o Sistema Único de Saúde no âmbito da compra e distribuição de remédios, o financiamento do BNDES e a assistência social”, acrescenta Sara Granemann, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

De acordo com a docente, os dois objetivos centrais da PEC são a desconstitucionalização da matéria previdenciária e a introdução do sistema de capitalização. O primeiro retira da Constituição os direitos referentes à aposentadoria.

Esses passarão a ser regulados por lei ordinária. Já o segundo tem o propósito de privatizar a Previdência e torná-la um investimento - de alto risco - para trabalhadoras e trabalhadores.

“A desconstitucionalização rompe com as regras e os preceitos democráticos que a redemocratização tornou possível através das lutas sociais nas décadas de 1970 e 1980. Romper com os mecanismos - ainda precários - do Estado de Direito brasileiro é, sem meias palavras, desferir violenta lategada à democracia como um todo”, ressalta.

DESCONSTITUCIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS

A PEC 06/2019 prevê que uma lei complementar de iniciativa do Executivo federal disporá sobre a organização e funcionamentos dos Regimes Geral (RGPS) e Próprios de Previdência Social (RPPS). Ou seja, as regras gerais de acesso aos benefícios, de cálculo do seu valor e de posteriores reajustes, por exemplo, serão estabelecidas por lei ordinária.

Leis complementares tramitam com mais facilidade no Congresso. Isso porque são aprovadas em apenas um turno e exigem quórum de votação menor.

Para aprovação de uma PEC são necessárias votações em dois turnos, com aprovação de três quintos dos parlamentares. Na Câmara, são 308 votos favoráveis. Já no Senado, 49. Assim, há muito mais espaço para pressão social e para numerosas manifestações de descontentamento da classe trabalhadora, como as que já vêm ocorrendo.

“A capitalização é a razão de ser dessa PEC. É ela que conduz o que deve ser mudado. E, para que dê certo, é necessário desconstitucionalizar nossos direitos”

Sara Granemann

Sara reforça que, para consolidar o sistema de capitalização da aposentadoria dos trabalhadores brasileiros, é necessária a desconstitucionalização dos direitos previdenciários. Ou seja, é preciso que o assunto previdenciário deixe de figurar na Constituição.

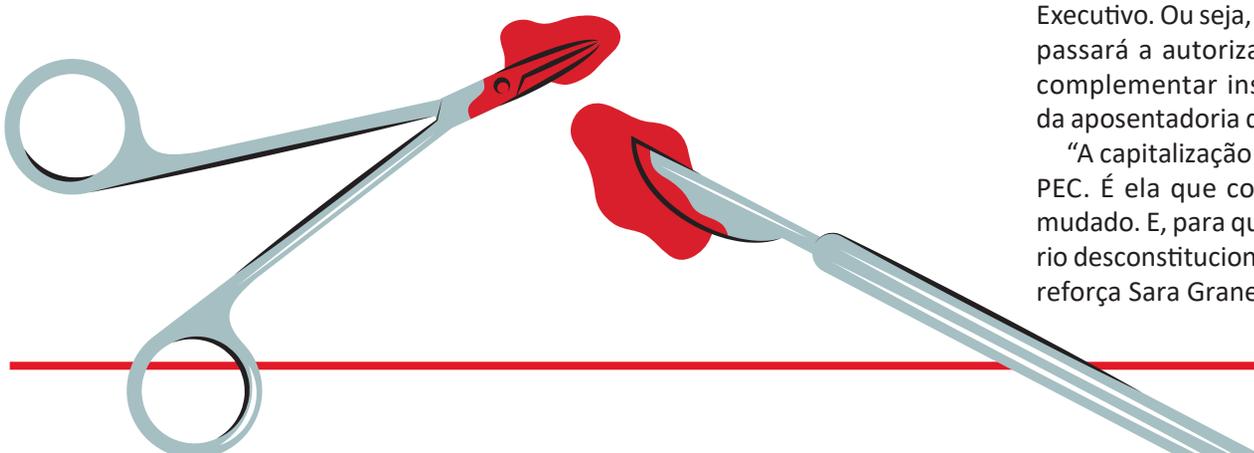
“Claro que isto não impede que se ‘sacrifique’ a desconstitucionalização em favor da capitalização. A última é o fim, a primeira, o meio para continuar a ajustá-la no tempo futuro”, afirma.

CONSTITUCIONALIZAÇÃO DOS ATAQUES

Ao mesmo tempo em que a PEC desconstitucionaliza os direitos previdenciários e desmonta a Seguridade Social, insere novas regras na Constituição. Autoriza, por exemplo, a progressão de contribuições ordinárias e a criação de contribuições extraordinárias, a serem cobradas dos servidores públicos. Amplia, também, a vedação de acumulação de proventos de aposentadoria entre os Regimes de Previdência.

Constitucionaliza, ainda, a criação do sistema de capitalização no RPPS e RGPS, que será regulamentado por lei do Executivo. Ou seja, a Constituição Federal passará a autorizar que uma futura lei complementar institua a capitalização da aposentadoria de todos os brasileiros.

“A capitalização é a razão de ser dessa PEC. É ela que conduz o que deve ser mudado. E, para que dê certo, é necessário desconstitucionalizar nossos direitos”, reforça Sara Granemann.



55 anos do Golpe Empresarial-Militar. As permanências de uma cultura autoritária

O Exército não matou ninguém!" Essa foi a declaração de Jair Bolsonaro, presidente da República, ao comentar a ação militar que desferiu 80 tiros contra um carro de família no bairro de Guadalupe, zona norte do Rio de Janeiro (RJ). O músico Evaldo Rosa dos Santos, que levava sua família a um chá de bebê, morreu na hora. O catador de lixo Luciano Macedo, que tentou ajudar Evaldo, morreu dias depois no hospital.

"Não foi um assassinato", disse o general Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, comandante militar do Sudeste. Dos 12 militares que participaram da ação, 9 estão presos. Todos serão julgados por seus pares, na Justiça Militar. Se depender do comandante, é possível que nada ocorra com os assassinos. "Houve uma fatalidade", é o que acredita Luiz Eduardo.

Luciana Nogueira, viúva do músico assassinado, explicitou a violência da ação militar, contradizendo o general. "Eu comecei a botar a mão na cabeça e falar 'moço, socorro. É meu esposo'. Eles não fizeram nada. Ficaram de deboche! Meu deus!", disse ela.

No dia dos disparos, 7 de abril, o Comando Militar do Leste (CML), por meio de nota, disse que os militares tinham respondido a "injusta agressão" de criminosos ao desferir os tiros. A versão só mudou depois da ampla divulgação de um vídeo da execução na internet.



55 ANOS DEPOIS, AS PERMANÊNCIAS DA DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR

O ataque do Exército em Guadalupe ocorreu, coincidentemente, uma semana após o “aniversário” do golpe de 1964, que deu início à ditadura empresarial-militar (1964-1985). Em 31 de março, o Planalto havia divulgado um vídeo celebrando a data. O poder Executivo também orientou às Forças Armadas que celebrassem a data.

A ditadura acabou, mas muitas práticas totalitárias permaneceram. E com a eleição do capitão reformado, Jair Bolsonaro, à Presidência da República, os resquícios totalitários ganham força.

Carlos Zacarias, docente do departamento de História na Universidade Federal da Bahia (Ufba), opina que “a ascensão de Bolsonaro, a ameaça do fascismo e a presença de militares no governo relaciona-se às muitas batalhas que perdemos, inclusive àquelas que se deram no terreno da memória”. Zacarias avalia que os dirigentes do processo de redemocratização no Brasil apostaram na conciliação. “A sociedade brasileira dos últimos 30 anos foi incentivada a esquecer a ditadura, em nome da conciliação”, aponta Carlos.

“A execução de um trabalhador, um pai de família (...) nos diz muito sobre a forma como o Estado brasileiro lida com a violência que pratica cotidianamente. E isso me parece estar diretamente vinculado a uma herança da nossa última ditadura, mas não apenas dela”

Carlos Zacarias

O docente conhece bem alguns desses traços totalitários. Em 2018, ele chegou a ser intimado judicialmente a depor, pelo simples fato de ministrar na Ufba uma disciplina chamada “Tópicos Especiais em História: o golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil”.

“A execução de um trabalhador, um pai de família, um homem negro que ia com parentes para um chá de bebê, nos diz muito sobre a forma como o Estado brasileiro lida com a violência que pratica cotidianamente. E isso me parece estar diretamente vinculado a uma herança da nossa última ditadura, mas não apenas dela”, afirma o docente. Para Carlos Zacarias, a Lei de Segurança Nacional, criada em 1935, é um dos exemplos dessa herança que vem de longa data.

CRIADA POR VARGAS, REEDITADA POR FIGUEIREDO

Foi Getúlio Vargas o primeiro a editar a Lei de Segurança Nacional, em 1935. A aprovação no Congresso Nacional foi difícil. A intenção de Vargas era transferir para uma legislação especial os crimes contra a segurança do Estado, submetendo-os a um regime mais rigoroso, com o abandono das garantias processuais. Em 1936, foi criado o Tribunal de Segurança Nacional.

Muitas edições foram feitas até o texto atualmente em vigor. A Lei 7170/83, promulgada por João Baptista Figueiredo, prevê sanções a crimes que ameacem ou comprometam a soberania nacional, o regime democrático e os chefes dos Três Poderes.

Também se atribui à Polícia Federal a responsabilidade por apurar quem desafia a essa lei.

“Desde que foi instituída a Lei de Segurança Nacional em 1935, a chamada Lei Monstro, formas deliberadas de praticar a exceção vem sendo consolidadas. Nossa última ditadura foi pródiga em usar os dispositivos já existentes, mas não deixou de criar os seus próprios, alguns dos quais permaneceram no período de redemocratização”, comenta Carlos Zacarias.

Outra herança é a Lei da Anistia. Para o docente da Ufba, essa lei e seus complementos instituíram o esquecimento como política pública. “Sem que nenhuma forma de justiça pudesse ser estabelecida, asseguraram a impunidade dos que cometeram crimes na ditadura, a começar pelos generais-presidentes. Também os torturadores e todos aqueles que, à sombra do Estado, praticaram todo tipo de violência e arbítrio”, avalia.

Para Carlos Zacarias, as leis que estabeleceram a anistia tiveram um resultado dúbio. “Se de um lado pavimentaram o caminho para alguma forma de reparação individual, as leis não foram capazes de dizer quem foram as vítimas e quem foram os culpados”, diz. As leis deixaram, portanto, de abrigar a necessidade de reparação coletiva, o que viria na forma de promoção da Justiça, algo indispensável para a sociedade como um todo.

CULTURA AUTORITÁRIA

O docente da Ufba ressalta que há, no Brasil, uma cultura autoritária que se aprofundou no século XX, em especial nos momentos em que houve Estados de Exceção. “Essa cultura está inscrita na forma como a sociedade brasileira está estruturada e é algo que remonta ao abandono promovido pelo Estado da população negra libertada na Abolição, que adentrou o século sem nenhum tipo de reparação”, cita Carlos.

Para Zacarias, a desigualdade estruturada nunca impediu o desenvolvimento econômico do país. Ao mesmo tempo, gerou do Estado uma violência institucional demarcada pelo que se define por uma “Razão de Estado”.

“Ou seja, a ideia de que vivemos uma permanente guerra civil oferece aos sucessivos governos a legitimidade para, em nome da sociedade, agir com extrema violência contra os mais pobres. Enquanto essa noção persistir e enquanto perdurarem as desigualdades, teremos a perpetuação da violência cotidiana e a naturalização da violência estatal”, diz.

“Isso se reforça pela justificativa utilizada pelas ditaduras do século XX de que o Estado vive ameaçado pelos criminosos, pelos comunistas, pelas classes perigosas ou pelos homens e mulheres negros e negras, que vivem em estado de pobreza e parecem ser sempre uma ameaça ao establishment”, conclui Carlos Zacarias.

“Essa cultura está inscrita na forma como a sociedade brasileira está estruturada e é algo que remonta ao abandono promovido pelo Estado da população negra libertada na Abolição, que adentrou o século sem nenhum tipo de reparação”

Carlos Zacarias

III ENE define plano de lutas e calendário de mobilização em defesa da Educação

Depois de dois dias de intensos debates, o III Encontro Nacional de Educação chegou ao fim no dia 14 de abril. A plenária final, realizada no terceiro dia do encontro, aprovou um plano de lutas e um calendário em defesa da Educação. Com o tema central “Por um projeto classista de Educação”, o III ENE reuniu mais de 1200 participantes, entre estudantes, técnico-administrativos, educadores e lutadores sociais.

A Carta do III ENE sintetiza os encaminhamentos frutos das discussões dos Grupos de Trabalho realizados na tarde do dia 13. A carta foi construída em consenso entre as entidades sindicais, movimentos sociais e estudantis que participaram da atividade.

Os debates do encontro possibilitaram acúmulos para o projeto classista de educação. Permitiram avançar nas articulações necessárias para organizar a luta contra os ataques neoliberais da extrema-direita. Foram aprovadas uma série de resoluções que compõem o plano de lutas. (Veja box)



12/04 - Primeira mesa debateu Capitalismo e Educação – Lutas internacionais e nacionais pela educação pública. Com Virgínia Fontes (UFF), Maria de La Luz Arriaga (México) e Nara Cladera (França)



Plenária final do III ENE definiu um calendário de lutas, que já está em curso.

CALENDÁRIO

A primeira agenda de mobilização estava prevista já para o mês de abril. Os participantes do encontro definiram pela realização de uma semana de paralisação da Educação de 22 a 29 de abril. O período de mobilização teve ênfase no dia 24, como dia de greve da educação contra a reforma da Previdência.

Na sequência, se somaram ao 1º de maio unitário, convocado pelas Centrais Sindicais, contra os ataques da extrema-direita. Está previsto ainda, no calendário, o indicativo de Greve Geral, para 14 de junho.

Além disso, o III ENE apontou a construção do dia 28 de junho, como Dia Nacional de Lutas contra LGBTfobia. E do dia 21 de setembro, como Dia Nacional de Lutas em Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e de Combate ao Capacitismo.

DEBATES

Dois dias de debates subsidiaram as discussões nos grupos de trabalho e permitiram a redação da Carta do III ENE. A primeira mesa do encontro tratou do tema “Capitalismo e Educação – Lutas internacionais e nacionais pela educação pública”.

Abordaram a temática Maria de La Luz Arriaga, docente da Universidade Nacional Autónoma do México (Unam) e Nara Cladera, professora do Ensino Básico da França. Virgínia Fontes, docente da Universidade Federal Fluminense (UFF), foi a última a falar, mas sua apresentação foi interrompida no início, devido a uma forte chuva na capital federal.

OS ATAQUES COMUNS DO CAPITAL

Mariluz Arriaga analisou o acirramento da retirada de direitos sociais. Destacou os pontos em comum nos ataques aos trabalhadores e à educação pública e gratuita nos diferentes países. “A educação como direito social se encontra em perigo. O projeto de educação está em disputa”, alertou.

A docente da Unam abordou a reestruturação dos sistemas educacionais e o avanço da privatização e mercantilização do ensino. Segundo ela, além de um grande filão para o capital, a exploração de milhares de escolas enquanto negócio amplia o controle social. Permite, ainda, a formação de mão de obra para atender à demanda do mercado.

Ela elencou mecanismos comuns de ofensiva à Educação, como a restrição fiscal e o desvio de recursos públicos para a educação privada. A criminalização das lutas e o ataque à autonomia universitária também foram estratégias apontadas. “O que acontece aqui no Brasil, acontece na Argentina, no México. As políticas são internacionais. Se impõem através de organismos internacionais”, acrescentou.

Um dos principais desafios, segundo Arriaga, é a organização da luta. Conclamou os movimentos em defesa da educação à organização de greves internacionais e continentais. “Não obstante, os movimentos sindicais e sociais resistem e elaboraram alternativas educativas para a emancipação, libertação, para justiça social e por um mundo sem exploração. Saibam que vocês não estão sós. Unidos e organizados, venceremos”, concluiu.

APROFUNDAMENTO DAS DESIGUALDADES NA EUROPA

Nara Cladera, além de professora primária na França, integra a central sindical Solidaires. A educadora explicou as con-



13/04 - Professor Fernando Penna (UFF) em sua intervenção no debate “Os ataques à educação pública e a reafirmação do projeto classista”

seqüências da crise do capitalismo e de que forma isso influenciou as mudanças vividas pela educação nas últimas décadas.

Lembrou que se, nos séculos passados, a expansão do capitalismo se deu por meio de novos mercados e colônias, atualmente extrapola o aspecto geopolítico. “No século XX [após as duas grandes guerras] o Estado buscava prover a saúde, educação e transporte, por exemplo”, disse, mencionando o Estado de bem estar social europeu.

Com a crise econômica, a Europa se insere no discurso da “competitividade de mercado”, aliado à política de dívida externa do Fundo Monetário Internacional (FMI). Esse cenário resultou em diretrizes para a educação que “instrumentalizam o ensino ao universo do mercado, a serviço de uma competitividade econômica”, afirma.

Por fim, abordou a resistência em andamento do setor da educação na França. Defendeu a luta internacional para enfrentar tal situação. E convidou todos a participarem do Encontro Internacional da Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas, que acontecerá em 2020.

ATAQUES À EDUCAÇÃO PÚBLICA E REAFIRMAÇÃO DO PROJETO CLASSISTA

O segundo dia do III ENE foi aberto com a mesa “Os ataques à educação pública e a reafirmação do projeto classista”, com a

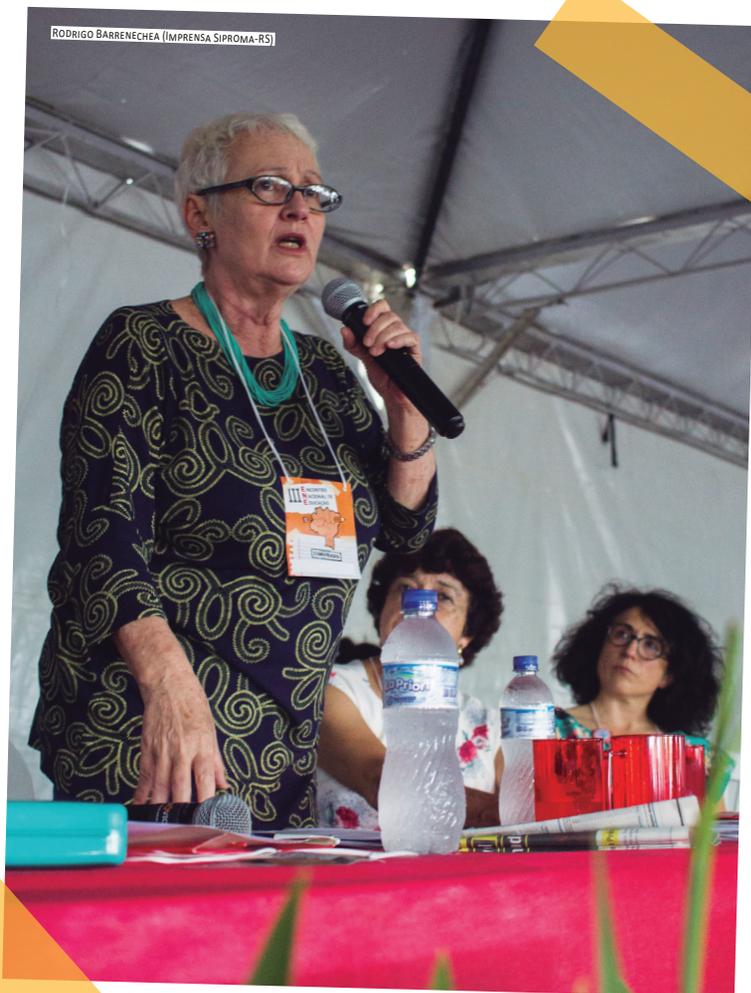
participação de Fernando Penna e Virgínia Fontes, ambos docentes da UFF.

Fernando Penna apresentou uma divisão de três frentes de ataques à educação pública. A primeira seria uma tentativa de censura contra professores e estudantes.

A segunda estaria relacionada à criação de um “pânico moral” na sociedade, com ataques difamatórios à abordagem das questões de gênero em salas de aula. A terceira frente seria o impulsionamento de um anti-intelectualismo, que busca, inclusive, reescrever a História do país. Citou como exemplo a recente tentativa de releitura do Golpe de 1964.

Penna avaliou as medidas dos 100 dias de governo Bolsonaro. Apenas ações regressivas foram pautadas no campo da Educação. Citou como exemplo o ensino domiciliar, que tem se construído em torno do ataque à escola pública. A defesa dessa forma de ensino está vinculada ao discurso reacionário do “Escola Sem Partido”, colocando-se no campo da mercantilização da educação.

Ele afirmou que, por trás do nome deste movimento e de seus projetos de lei, está uma busca incessante pela destruição da dimensão educacional da escola. Os efeitos dos discursos do movimento “Escola Sem Partido”, na avaliação do docente, têm como resultado uma campanha de ódio contra professores em escala nacional. Vários educadores estão sendo



12/04 – Virginia Fontes durante a primeira mesa do III ENE

demitidos, perseguidos e ameaçados por simplesmente desempenharem seus trabalhos.

DISPUTA INTRABURGUESA

Virgínia Fontes retomou os temas da tarde de sexta-feira. Destacou que há tensões entre frações da burguesia pelas diretrizes da educação no Brasil. Traçou as linhas gerais do que há de consenso entre dois “jogadores no tabuleiro da educação” e apresentou uma hipótese.

O primeiro jogador é um setor empresarial ligado ao Sistema S, voltado para a formação de mão de obra. Esse setor, de acordo com a docente, atuou para bloquear a participação pública nas escolas e nas secretarias de educação. “O empresariado buscou estrangular a participação dos partidos, cortando a relação da população com as secretarias de educação”, completou.

O segundo jogador seriam as empresas de educação. Ela citou como exemplo a Kroton, que é uma holding de investimentos transnacional. “São fundos que reúnem o dinheiro de capitalistas que circula pelo

mundo, em busca de oportunidades para aumentar os lucros e explorar os trabalhadores”, explicou.

Ressaltou que as universidades privadas, que visam unicamente o lucro, têm avançado no terreno de formação de professores, em especial em licenciaturas e na área da pedagogia. “A formação docente vem crescendo em universidades particulares, a maioria por EaD”, falou.

Um terceiro jogador no tabuleiro da educação, ainda em estudo, seria formado por setores conservadores, que buscam, dentro do Estado, gerir práticas que deveriam ser públicas. Um exemplo é a Fundação Lava-Jato, que, se for criada, será uma entidade sem fins lucrativos, privada e de direito público. Ela seria gerida por delegados da operação sediada em Curitiba.

“Os recursos que resultam da atuação pública seriam geridos por uma entidade privada, que poderia pagar altos salários, financiar movimentos e entidades com interesses afins, financiar ou fundar escolas que formem seus quadros”, explicou.

Para Virgínia, algumas medidas de Bolsonaro apontam para a possibilidade

de que, em pouco tempo, ocorra o deslocamento de recursos públicos para escolas de igrejas, neopentecostais e católicas. “Isso é um assalto direto. Vão usar suas posições para disputar o capital entre eles”, alertou.

PEDAGOGIA DA LUTA

Para Virgínia, embora haja contradições entre esses três jogadores, eles estão unificados na exclusão dos professores, estudantes, sindicatos e associações de classe na formulação de políticas educacionais. “Não temos tempo para alimentar ilusões”, afirmou.

Concluiu dizendo que é preciso unir forças para enfrentar o governo Bolsonaro. “Nossa força está nas classes organizadas e nas massas trabalhadoras sem direitos e mais exploradas. A nossa pedagogia é a pedagogia da luta, em todos os momentos”, encerrou.

EDUCAÇÃO POPULAR

Ainda no segundo dia do encontro, ocorreu o painel “Movimentos sociais e as experiências de educação popular no Brasil”. Participaram da mesa Tatiane Ribeiro, pela Rede Emancipa; Erivan Hilário, do MST; Maria Carolina, do MUP; Irene Maestro, do Luta Popular; Camila Marques, do NEP 13 de Maio; e Cléber Vieira, do Neabi.

Os representantes dos movimentos relataram as histórias de construção de diferentes projetos de educação popular, no campo e na cidade. Destacaram o papel da educação como instrumento de transformação social e a importância dos projetos para elevar o nível de conhecimento e de consciência da classe trabalhadora.

GRUPOS DE TRABALHO

Também no sábado, os participantes se dividiram em grupos de trabalho que discutiram os nove eixos do III ENE. Os debates de cada eixo foram sistematizados na Carta do encontro.

Os temas discutidos foram: Conhecimento, currículo e avaliação; Formação de trabalhadores da educação; Trabalho na educação e condições de estudo; Universalização da educação, acesso e permanência; Gestão/Organização do trabalho escolar; Gênero, sexualidade, orientação sexual e questões étnico-raciais; Financiamento da educação; Organização da classe trabalhadora

e Democracia, autonomia no espaço educacional e liberdade de cátedra/ensinar.

AValiação

Antonio Gonçalves ressaltou o grande esforço que o ANDES-SN empenhou na concretização do III ENE neste ano. Destacou também o acerto da Conedep em incluir mais um eixo nos debates do encontro, aquele se refere à defesa da democracia, da liberdade e da autonomia nos locais de trabalho e da liberdade de cátedra e de ensinar.

“Foi um momento muito importante. Reuniu 1200 pessoas de diversas entidades de movimentos estudantil, sindicais e populares. Pudemos contar também com professores de outros países. Essa troca de experiência nos permitiu aprofundar o nosso projeto classista de educação”, avaliou.

Segundo o presidente do ANDES-SN, a tarefa imposta pelo II ENE era fazer um diagnóstico e avançar em uma proposta de plano nacional de educação. “A conjuntura não nos permitiu isso. Mas eu acho que a partir desse III ENE foram levantadas questões muito importantes, que vão nos permitir, sem dúvida, a partir da Conedep, avançar neste Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira”, concluiu.



13/04 – Grupos de trabalho: um importante espaço de debate e de troca de experiências

Plano de lutas

- Intensificar esforços para a construção de um calendário nacional de lutas e ações nos locais de trabalho, estudo e moradia para barrar a contrarreforma da Previdência.
- Rumo à construção da Greve Geral para derrotar os ataques da extrema-direita.
- Construção de semana nacional de paralisação da educação em defesa da educação pública e gratuita, dos serviços públicos e contra a reforma da Previdência.
- Defender o direito irrestrito de organização de lutas e movimentos sociais, manifestações e greves e lutar contra a criminalização de lutadoras e lutadores sociais.
- Manter a luta pela revogação da contrarreforma Trabalhista, Emenda Constitucional 95/2016 e outros ataques que retiraram direitos da classe trabalhadora e resultaram na precarização dos serviços públicos.
- Aprofundar os esforços de luta contra o Projeto Escola sem Partido e em defesa da liberdade de cátedra e ensino, assim como continuar construindo a Frente Nacional Escola Sem Mordaça como experiência unitária para defender um projeto classista e democrático de educação.
- Combater e denunciar a educação domiciliar reafirmando o projeto de educação como direito social básico que deve ser de responsabilidade pública.
- Combater o processo de militarização da educação.
- Defender eleições democráticas para escolha de dirigentes e combater todas as tentativas de eliminar a gestão democrática e a autonomia das instituições públicas de educação.
- Defender as escolas e a educação no campo, assim como o projeto de educação construído movimentos populares.

Seminário Internacional do ANDES-SN debateu universidade, ciência e classe



Durante dois dias inteiros, 10 e 11 de abril, centenas de docentes e estudantes participaram do Seminário Internacional do ANDES-SN. O evento “Universidade, Ciência e Classe em uma era de crises” contou com palestrantes nacionais e internacionais que compartilharam as experiências das lutas dos trabalhadores em todo o mundo. Os debates trataram desde a tecnologia e inovação até como a questão da dívida pública impacta o financiamento da Educação, além das lutas lideradas pelas mulheres no continente.

DESIGUALDADE, FINANCEIRIZAÇÃO E TECNOLOGIA

Um amplo debate sobre a financeirização da economia mundial e a sua relação com a produção científica tomou conta do primeiro dia do seminário. A primeira mesa “Ciência, Tecnologia e Capital: a ‘Caixa Preta’ da inovação” teve a participação de Francesco Schettino, docente da Universidade da Campânia (IT), e Osvaldo Coggiola, docente da Universidade de São Paulo (USP).

Segundo Schettino, a Ciência e o desenvolvimento tecnológico estão completamente submetidos ao Capital e têm contribuído para o aumento da concentração de renda no mundo. Já Coggiola,

que também é diretor do ANDES-SN, destacou os embates no Brasil contra o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação. “Lutamos a favor de uma sociedade em que os meios de produção sejam de propriedade social”, defendeu.

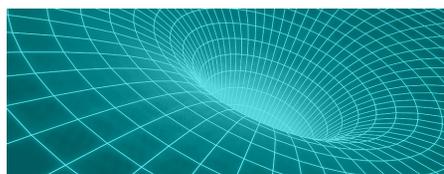
A forma como o sistema da dívida pública impede o desenvolvimento de países pautou a mesa “Dívida pública e usura financeira”. Em um resgate histórico, Fabio Marcelli, do Conselho Nacional de Pesquisa da Itália, pontuou que desde o século XIX, o sistema da dívida tem sido um mecanismo para manter países Africanos e Latino Americanos numa situação neocolonial. “A usura é proibida em diversas legislações nacionais, mas não existem leis internacionais que definam o nível dos juros”, disse. A auditoria da dívida pública seria um instrumento para enfrentar o capital financeiro.

José Menezes Gomes, da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), mostrou o salto das dívidas públicas de um conjunto de países, entre 2005 e 2011, de 22 para 41 trilhões de dólares. Ele explicou que os Estados emitiram títulos de suas respectivas dívidas públicas para salvar o sistema financeiro em 2008. “Quem vai comprar os títulos dessa dívida?”, questionou para responder em seguida: “Os mesmos empresários que lucraram na crise”.

O sistema da dívida pública tem impactos profundos no financiamento da educação pública no país, explicou Maria Lúcia Fatorelli, da Auditoria Cidadã da Dívida. Ela falou, na mesa “Orçamento Público e o Financiamento da Educação Superior”, que o pagamento de juros e amortizações “abocanhou”, em 2018, R\$ 1 trilhão dos gastos federais. O que significa 40,66% do orçamento executado pela União.



11/04 - A luta da universidade pública e da classe trabalhadora na Argentina e no Brasil pautou a mesa do segundo dia do Seminário Internacional do ANDES-SN.



11/04 - Joluzia Batista falou sobre a luta pela legalização do aborto no Brasil.





10/04 - Francesco Schettino: "Há uma relação que vincula a concentração de renda e o desenvolvimento tecnológico no capitalismo".

Já Otaviano Helene, docente da USP, citou a diferença dos percentuais investidos do PIB em gastos públicos entre países europeus e o brasileiro. O Tratado da União Europeia estabeleceu que as nações destinariam ao menos 50% do PIB para gastos públicos e não poderiam assumir um déficit orçamentário maior que 3%. No Brasil, o percentual destinado é de somente 32% do seu PIB para gastos da União, como Previdência (12%), Educação (5%), entre outros.

RENOVAÇÃO NO SINDICALISMO

A necessidade de aproximação do sindicalismo na América Latina com os movimentos sociais permeou os debates do segundo dia do seminário. "A Luta da Universidade Pública e da Classe Trabalhadora na Argentina e no Brasil" contou com a presença de Claudia Baigorria, da Federação Nacional dos Docentes e Pesquisadores Universitários da Argentina (Conadu Histórica). Ela citou algumas conquistas na Argentina, como a reforma de Córdoba em 1918, a gratuidade no ensino universitário em 1949 e o I Acordo Coletivo de Trabalho em 2015.

Conforme Baigorria, a situação do país piorou com as políticas neoliberais, iniciadas na década de 90. E, mais recentemente, com as políticas de rebaixamento salarial e de cortes no orçamento para pesquisa e desenvolvimento nas universidades.

Eblin Farage, secretária geral do ANDES-SN, falou da ascensão da extrema-direita no Brasil e as perseguições sofridas, ultimamente, nas instituições de ensino superior públicas e sindicatos. Citou as contrarreformas do Ensino Médio e Trabalhista, a Lei das Terceirizações e a Emenda Constitucional 95, que atacam diretamente os direitos dos trabalhadores e da juventude.

Para enfrentar os ataques dos governos neoliberais e de viés conservador, Marcelo Badaró, docente da Universidade Federal Fluminense, pontuou a necessidade da articulação dos sindicatos com movimentos mais amplos, como de mulheres e negros. A afirmação ocorreu na mesa "Decomposição e a Recomposição

da classe trabalhadora". Ricardo Antunes, da Universidade Estadual de Campinas, ratificou a ideia da articulação. Para ele, é necessário pensar um novo modo de vida para o século XXI, quando a extrema-direita se assume como tal e o capitalismo se mostra irreformável.

Chamada de "pauta minoritária" em alguns espaços sindicais burocráticos, a legalização do aborto foi tema da mesa "A Luta das Mulheres Trabalhadoras pelo Aborto Legal, Seguro e Gratuito".

A deputada argentina Romina Del Plá falou sobre a ascensão do movimento de mulheres no seu país, que eclodiu em 2015, com o movimento Ni Una a Menos. Em 2018, a votação do projeto pela legalização do aborto levou um milhão de pessoas às ruas para acompanhar. "Não é uma questão de ser contra ou a favor. A realidade existe. Enquanto não legalizarmos o aborto, mulheres seguirão morrendo", denunciou.

Para Joluzia Batista, ativista da Articulação de Mulheres Brasileiras, é imprescindível avançar no debate sobre o tema no campo da esquerda para a construção de um sistema igualitário. Ela destacou o momento vivido no país, em 2015, contra o PL 5069, que retirava direitos reprodutivos das mulheres. "Foi nossa primavera feminista", lembrou.

AVALIAÇÃO

De acordo Osvaldo Coggiola, que também é 2º vice-presidente da Regional São Paulo e encarregado de Relações Internacionais do ANDES-SN, um acordo foi firmado com os sindicatos argentinos na perspectiva de uma ação em comum. "Bem possível que seja uma jornada de lutas no ano que vem, em defesa da universidade pública e de uma pesquisa a serviço das universidades populares e nacionais". Além disso, o diretor do ANDES-SN ressaltou o intercâmbio sistemático de informações, como publicações, entre os países latino-americanos.

O Seminário Internacional do ANDES-SN foi realizado na Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (Adunb SSind.) e foi uma deliberação do 38º Congresso do Sindicato Nacional.



11/04 - A mesa Decomposição e a Recomposição da classe trabalhadora encerrou o Seminário Internacional do ANDES-SN.



Trabalhar adoece e mata

O 28 de Abril marca o Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes de Trabalho. A data foi instituída pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2003 e transformada em lei no Brasil em 2005. A escolha da data serviu para homenagear trabalhadores de uma mina de carvão dos Estados Unidos que morreram em explosões na mesma data, tanto em 1914, quanto em 1924. O 28 de Abril também marca o aniversário da própria OIT, fundada em 1919, durante a Conferência de Paz de Versalhes.

Segundo a OIT, ocorrem anualmente no mundo cerca de 270 milhões de acidentes de trabalho. Também há aproximadamente 160 milhões de casos de doenças ocupacionais. Essas ocorrências chegam a comprometer 4% do PIB mundial. Cada acidente ou doença representa, em média, a perda de quatro dias de trabalho. Dos trabalhadores mortos, 22 mil são crianças, vítimas do trabalho infantil.

Ainda segundo a OIT, todos os dias morrem, em média, cinco mil trabalhadores devido a acidentes ou doenças relacionadas ao trabalho. No Brasil, mais de R\$ 46 bilhões são gastos com assistência médica, benefícios por incapacidade temporária ou permanente, e pensões por morte de trabalhadores vítimas das más condições de trabalho.

No Brasil, a cada quatro horas e meia morre um trabalhador vítima de acidente de trabalho. As informações são de 2018, do Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho, desenvolvido pelo Ministério Público do Trabalho (MPT). Chama a atenção que, segundo o Ministério do Trabalho, em 2017 os trabalhadores terceirizados representavam 80% das vítimas fatais de acidentes de trabalho.

NO MUNDO

POR ANO:

270 MILHÕES DE ACIDENTES

160 MILHÕES DE CASOS DE DOENÇAS OCUPACIONAIS

022 MIL CRIANÇAS MORTAS

POR DIA:

005 MIL MORTES

NO BRASIL

001 MORTE A CADA 4,5 HORAS

080 POR CENTO DAS MORTES SÃO DE TERCEIRIZADOS



DOCENTES TAMBÉM SOFREM ACIDENTES DE TRABALHO E ADOECEM

Ainda que o maior número de acidentes de trabalho seja registrado em áreas de trabalho como saúde e construção civil, a categoria docente também sofre acidentes no trabalho. Tem aumentado o adoecimento docente, por conta de pressões produtivistas impostas a eles.

Pesquisa divulgada pelo ANDES-SN e pela Associação dos Docentes da Universidade Federal do Pará (Adufpa Seção Sindical), de 2014, evidenciou que condições de trabalho adversas, oriundas da imposição do produtivismo acadêmico, podem levar docentes ao adoecimento mental. De 2006 a 2010, de todas as solicitações de afastamentos de professores do trabalho na Ufpa, 14,13% foram por questões relacionadas à saúde mental.

Isso tem nome. A síndrome de Burnout é caracterizada por especialistas como uma das principais doenças que surgem como consequência do produtivismo. O problema acontece principalmente a partir do esgotamento profissional, da tensão no ambiente de trabalho e estresse crônico. A síndrome tem como seu principal efeito a depressão.

Maria Suely Soares, 1ª tesoureira da Regional Sul do ANDES-SN e docente do Departamento de Patologia Médica da Universidade Federal do Paraná (UFPR), critica o produtivismo acadêmico. “Existe o risco do dano emocional. A pressão de todos os dias, o produtivismo. O quanto a gente tem que trabalhar muito como professores. Temos 12,

15, 18 horas de aula por semana. A aula tem que ser preparada e, depois, avaliada. Temos que fazer pesquisas, produzir conhecimento. Temos que fazer publicações. Há muita pressão pela competitividade”, comenta.

“Existe, cada vez mais, uma marcação em cima do professor para produzir, produzir e produzir. Se não, perde a bolsa, se não, perde os alunos de pós-graduação. Perde, perde e perde. O professor precisa correr atrás sempre. Nesse afã de se superar e de trabalhar cada vez mais, o professor se sente bem com aquilo. Isso traz uma vaidade. Tudo isso faz com que o professor corra mais atrás. E aí trabalha no final de semana, trabalha de madrugada, não tem mais o tempo do trabalho e do não trabalho”, completa a docente da UFPR.

Maria Suely afirma que esse processo vai corroendo mentalmente os docentes e pode gerar doenças cardiovasculares e respiratórias. O estresse gerado pela pressão produtivista também pode prejudicar as relações interpessoais dos docentes, levando-os inclusive a cometer assédio moral.

“Nós estamos tentando mostrar que as pessoas estão adoecendo. Mostrar que esse sistema produtivista gera um resultado de qualidade duvidosa, apesar da quantidade”, diz a docente. Ela também questiona o resultado quantitativo da pesquisa científica pautada no produtivismo. “Imagina se o Einstein tivesse que ter currículo Lattes e produzir artigos todos os anos. Ele demorou nove anos para escrever a teoria da relatividade! Naquele tempo, ele podia demorar o necessário. Hoje no Brasil, possivelmente, seria mandado embora da universidade”, cita.

ACIDENTES DE TRABALHO DOCENTES

Maria Suely, que é docente da área da saúde, cita alguns exemplos mais comuns de acidentes de trabalho entre docentes. Há casos de intoxicações contraídas em laboratórios, por exemplo. “Temos vários casos, aqui na UFPR, de professores que desenvolveram câncer porque trabalhavam com determinados produtos químicos que são cancerígenos”, comenta.

“Outra questão são os agentes biológicos. Há professores que trabalham com bactérias, fungos, vírus, doentes infecciosos. Eles também estão sujeitos à contaminação. Assim como os profissionais de saúde que trabalham com agentes biológicos, o professor também está sujeito a esses riscos”, completa a 1ª tesoureira da Regional Sul do ANDES-SN.

Brumadinho é um dos maiores acidentes de trabalho do país

O rompimento da barragem de rejeitos Mina do Feijão, em Brumadinho (MG), “é um dos maiores acidentes de trabalho verificados na história do Brasil”. A observação é do desembargador Jorge Souto Maior, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-2), que é também professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP).

A última lista atualizada pela Defesa Civil, no dia 16 de abril, registra 229 mortes e 48 pessoas desaparecidas. Destas vítimas, que vieram a óbito, estima-se que há pelo menos 128 funcionários diretos da empresa. Os demais mortos eram funcionários de outras firmas que prestavam serviços para a Vale e também moradores e visitantes da comunidade atingida.

No momento da tragédia, no dia 25 de janeiro deste ano, centenas de trabalhadores da mineradora estavam no refeitório, em horário de almoço. Outros em áreas administrativas, que foram cobertas pela lama de rejeitos.

Antes de Brumadinho, o maior acidente de trabalho no Brasil tinha sido o desabamento de um galpão em Belo Horizonte, capital mineira, com o registro de 69 mortos em 1971. Outra grande tragédia no ambiente de trabalho aconteceu em Paulínia (SP) na Shell-Basf, que matou pelo menos 65 pessoas. Os trabalhadores foram vítimas de agrotóxicos usados pela empresa e que contaminaram o solo. Mais de mil funcionários também foram afetados.



Massacre de Eldorado dos Carajás completa 23 anos

Em 17 de abril de 1996, 19 militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) foram executados pela Polícia Militar do Pará. A chacina ficou conhecida como Massacre de Eldorado dos Carajás. Outras duas pessoas morreram depois, em consequência dos ferimentos sofridos durante o massacre. Mais de 60 trabalhadores ficaram feridos. Muitos ainda carregam no corpo as balas e as marcas da violência.

O MASSACRE

Milhares de trabalhadores rurais sem terra marchavam na BR-155 rumo à capital Belém. Reivindicavam a desapropriação de um latifúndio improdutivo e a sua destinação para a Reforma Agrária. No dia 16, bloquearam a estrada PA 275, no local conhecido como “Curva do S”, próximo ao município de Eldorado dos Carajás. Reivindicavam condições básicas de alimentação e de transporte para seguir a marcha.

Na tarde do dia 17, o então governador, Almir Gabriel (PSDB), enviou tropas comandadas pelo Coronel Mário Pantoja e pelo major José Maria Oliveira. Por volta das 16 horas, 155 policiais militares, sem identificação, cercaram os camponeses do MST pelos dois lados da

estrada. Um pelotão vindo de Paraopebas e outro de Marabá. A ordem era “usar a força necessária, inclusive atirar”, segundo declaração do então secretário de Segurança Pública do Pará, Paulo Sette Câmara.

Laudos médicos apontaram que a maioria dos trabalhadores foi assassinada à queima roupa, com tiros na nuca e na cabeça, indicando execução sumária. Outros foram mortos a golpes de facão e enxada.

De todos os envolvidos no massacre, apenas os comandantes das tropas foram julgados. Em 2012, Pantoja e Oliveira foram condenados. O primeiro a 228 anos e o segundo, a 158 anos de reclusão. Atualmente, nenhum dos dois está em regime fechado.

ABRIL VERMELHO

Desde o massacre, o MST realiza uma jornada de manifestações no mês de abril, conhecida como o “Abril Vermelho”. O objetivo é manter viva a memória do ocorrido, além de reivindicar a Reforma Agrária no Brasil.

Neste ano, diante do governo Bolsonaro, os atos pelo país também levantaram uma reflexão acerca dos retrocessos e a violência no campo. “Bolsonaro foi eleito pela

maioria dos votos válidos. É o presidente do país, isso é fato. O que não anula nossa capacidade coletiva de questionar, explicitar e denunciar os horrores da eleição mais violenta, lgbtfóbica, misógina e racista dos últimos tempos, além de toda manipulação edificada em mentiras de fake news”, disse Kelli Mafort, da direção Nacional do MST.

Laudos médicos apontaram que a maioria dos trabalhadores foi assassinada à queima roupa, com tiros na nuca e na cabeça, indicando execução sumária. Outros foram mortos a golpes de facão e enxada.

Em julho do ano passado, quando ainda era pré-candidato à presidência, Jair Bolsonaro defendeu o massacre, dizendo que a PM reagiu para não morrer. A fala se deu durante uma visita de Bolsonaro a Eldorado dos Carajás.

ABÍLIO ALVES RABELO • ANTÔNIO ALVES RABELO (IRMÃO) • ALTAMIRO RICARDO DA SILVA • AMÂNCIO DOS SANTOS SILVA • ANTÔNIO ALVES DA CRUZ • ANTÔNIO COSTA DIAS • GRACIANO OLÍMPIO DE SOUZA • JOÃO CARNEIRO DA SILVA • JOÃO PEREIRA • JOÃO RODRIGUES ARAÚJO • JOAQUIM PEREIRA VERAS • JOSÉ ALVES DA SILVA • JOSÉ PEREIRA • JOSÉ RIBAMAR ALVES DE SOUZA • LEONARDO BATISTA DE ALMEIDA • LOURIVAL DA COSTA SANTANA • MANOEL GOMES DE SOUZA • OZIEL ALVES PEREIRA • RAIMUNDO LOPES PEREIRA • ROBSON VITOR SOBRINHO • VALDEMIR FERREIRA DA SILVA

